

# O CORPO COMO ESPAÇO DE FRONTEIRAS: OS (DES)ARRANJOS DAS IDENTIDADES E SUAS RELAÇÕES DE PODER

## THE BODY AS BORDER SPACE: THE (DES)ARRANGEMENTS OF IDENTITIES AND THEIR RELATIONS OF POWER

*Wesley Piante Chotolli<sup>1</sup>*

**Resumo:** Considerando as novas possibilidades de formação dos sujeitos e suas performances pautadas na transposição dos corpos, se faz necessário analisar teoricamente o modo como o corpo se constitui tal qual espaço de fronteira e de confronto com as tradicionais formas hegemônicas impositivas de valores e comportamentos. Objetiva-se problematizar o corpo como construção social e suas implicações políticas para a valorização das diferenças, versando sobre as diversas manifestações possíveis de expressão das vontades e dos desejos, constituindo-se um dos elementos de composição das identidades. Para tanto, procede-se da pesquisa bibliográfica de autoras e autores dos estudos culturais e das teorias queer para a análise do diverso, compreendendo que o corpo também é refletido dentro de um contexto histórico e cultural e também um diálogo com as reflexões propostas por Michel Foucault. Desse modo, questiona-se as fronteiras existentes entre os sujeitos, destacando as práticas associadas às identificações e seus limites na contemporaneidade, apontando para as angústias e incertezas criadas em torno das representações sociais identitárias e para a dificuldade da superação de algumas classificações relacionadas à questão biológica, visto que as diferenças quase sempre estão associadas aos corpos físicos. Com efeito, pode-se concluir que os corpos são composições construídas em torno de estruturas de poder, levando a segregação e a exclusão de acordo com os aspectos sociais vigentes.

**Palavras-chave:** corpo; identidades; poder.

**Abstract:** Considering the new possibilities of formation of subjects and their performances based on the transposition of bodies, it is necessary to theoretically analyze how the body is constituted as a space of frontier and confrontation with the traditional hegemonic forms imposing values and behaviors. The objective is to problematize the body as a social construction and its political implications for the valorization of differences, dealing with the various possible manifestations of expression of wills and desires, constituting one of the elements of composition of identities. To this end, we proceed from the bibliographic research of authors and authors of cultural studies and queer theories for the analysis of the diverse, understanding that the body is also reflected within a historical and cultural context and also a dialogue with the reflections proposed by Michel Foucault. Thus, the existing boundaries between the subjects are questioned, highlighting the practices associated with identifications and their limits in contemporaneity, pointing to the anxieties and uncertainties created around the identity social representations and the difficulty of overcoming some classifications related to the biological issue, since the differences are almost always associated with physical bodies. In fact, it can be concluded that bodies are compositions constructed around power structures, leading to segregation and exclusion according to the social aspects in force.

**Keywords:** body; identities; power.

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP Marília), mestre em Ensino e Processos Formativos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP São José do Rio Preto/Ilha Solteira e Jaboticabal). Email: wesleychotolli@yahoo.com.br <https://orcid.org/0000-0003-0143-2174>

<https://doi.org/10.36311/1982-8004.2022.v15.n1.p91-114>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

## 1. INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, o corpo foi visto e analisado por meio de suas características biológicas, inatas ao nascimento e determinadas por suas diferenças morfológicas. Parecia existir um curso de vida originado pelo aparelho reprodutivo, que aparentemente conduziria a práticas e comportamentos estabelecidos no processo de construção dos sujeitos e suas respectivas socializações. Possivelmente, a primeira distinção observada no interior das comunidades humanas, pelo menos nos seus agrupamentos iniciais, era marcada pelos órgãos genitais, a justificar a divisão do trabalho e as atividades realizadas no interior dos grupos sociais.

Por mais que as diferenças corporais possam ser vistas e constatadas, é necessário dizer que a composição dos sujeitos não é associada apenas a morfologia dos corpos. O desenvolvimento dos estudos em Ciências Humanas (sobretudo nas Ciências Sociais e na Psicologia) possibilitou o reconhecimento dos aspectos culturais tais quais formadores corporais, de modo que eles são construídos e constituídos a partir de práticas destacadas no interior das sociedades. Salienta-se também o desenvolvimento dos estudos da Biologia e da Medicina, mesmo que nesse caso a preocupação esteja mais voltada ao funcionamento das estruturas (órgãos, tecidos, entre outros) e suas composições. Ainda assim, os procedimentos estéticos e as cirurgias transformadoras ou reparadoras surgem como possibilidade de questionamento dos destinos biológicos, ocasionando transformações que ultrapassam os limites do nascimento.

Ao considerar o corpo como uma construção cultural<sup>2</sup>, é possível reconhecer os limites e os problemas que são visualizados inicialmente pelo reconhecimento das diferenças (BRAH, 2006; VENCATO, 2014). Neste caso, a produção de valores, preconceitos, julgamentos e violência ultrapassa a percepção do órgão reprodutivo tal qual único aspecto de produção do diverso, e passam a se consolidar a partir de marcadores simbólicos distintos, entre eles a sexualidade, o gênero, a etnia, a classe social e o Estado-nação. Agora, o corpo é um espaço de fronteira e, por assim se apresentar, configurado nas relações de disputa e de poder.

Em consonância a esta ideia, é assumida neste artigo a posição de que a fronteira é um espaço de representação simbólica, sendo ao mesmo tempo elemento de hierarquia de poder e de construção de sujeitos. Isto posto, “ao considerar a dimensão territorial e política envolvida na noção de fronteira percebe-se uma implicação simbólica voltada para a formulação das identidades, para as limitações e delimitações entre o Eu e Outro que passam também pelo plano do territorial” (SOUZA, 2014, p. 477).

---

<sup>2</sup> Ao fazer tal afirmação, não se quer negar a materialidade do corpo e sua composição biológica. No entanto, considera-se que o corpo é um produto das relações culturais e das possibilidades de escolhas de sua construção, associadas às condições reais de desenvolvimento simbólico.

A escolha de referenciais teóricos associados às teorias queer fundamenta-se pelo fato de que “a teoria queer não é um arcabouço conceitual ou metodológico único ou sistemático, e sim um acervo de engajamentos intelectuais com as relações entre sexo, gênero e desejo sexual” (SPARGO, 2019, p. 13). Portanto, significa posicionar-se contra as normas socialmente impostas e construídas socialmente, de modo a questionar as fronteiras existentes e “colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier” (LOURO, 2018, p. 35).

Na mesma toada, os Estudos Culturais dialogam com a relação entre cultura e poder, partindo de perspectivas interdisciplinares para a compreensão das realidades simbólicas vivenciadas de forma histórica e social. Segundo Richard Johnson (2014, n.p), os Estudos culturais dizem respeito “às formas históricas da consciência ou da subjetividade, ou às outras formas subjetivas pelas quais nós vivemos ou, ainda, em uma síntese bastante perigosa, talvez uma redução, os Estudos culturais dizem respeito ao lado subjetivo das relações sociais”.

Compreendendo o contexto acima, este artigo objetiva analisar e problematizar o corpo enquanto produto social. Nessa perspectiva, versa sobre as implicações das questões de gênero e as relações sociais desempenhadas pelos sujeitos no reconhecimento das diferenças. Adotando-se esta perspectiva, procura dialogar com a produção de fronteiras simbólicas e culturais, reconhecendo as angústias, os desejos e as incertezas na composição das identidades.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo, ao buscar problematizar as questões do corpo, fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e revisão de literatura, sobretudo, por meio de autoras e autores dos Estudos Culturais e das Teorias Queer. Também se destaca a coletânea de textos e obras de Michel Foucault, que contribuirá para a reflexão do corpo e suas relações com o poder. Sobre essa modalidade de pesquisa, Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos destacam que:

A [pesquisa] bibliográfica é realizada com base em fontes disponíveis, como documentos impressos, artigos científicos, livros, teses, dissertações, mas não podemos nos esquecer que toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregados. (MARCONI; LAKATOS, 2020, p. 32)

A escolha por este caminho metodológico se faz pelo reconhecimento de que pesquisadoras/es consagradas/os já teorizaram sobre as construções e simbologias presentes no campo da interpretação do corpo. Ainda assim, “a pesquisa bibliográfica

pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de qualquer pesquisa científica”. (MARCONI; LAKATOS, 2020, p. 32).

Numa perspectiva parecida, a revisão de literatura é importante para o entendimento do que já se sabe sobre um campo de estudo. De acordo com Robert K. Yin,

As revisões visam a reunir o que se conhece sobre um determinado tema, possivelmente sublinhando linhas de pensamento de pensamento controversas ou díspares ou mesmo o progresso no decorrer do tempo no conhecimento acumulado sobre um assunto. O papel legítimo desse tipo de revisão é de fato reconhecido pela existência de periódicos importantes, em quase toda área disciplinar e temática das ciências sociais, dedicados exclusivamente a essas revisões de literatura. (YIN, 2016, p. 56)

Em consonância aos escritos de Christian Laville e Jean Dionne (1999), a revisão de literatura apresenta como a questão está sendo tratada por outras/os autoras/es, de modo a fundamentar o estado da pesquisa sobre a temática escolhida. Não se trata apenas da escolha simples e habitual de ideias e reflexões aleatórias. Ao optar por esta modalidade de construção de pesquisa científica, é necessário “um percurso crítico, relacionando-se intimamente com a pergunta a qual se quer responder, sem esquecer de que todos os trabalhos não despertam igual interesse, nem são igualmente bons, nem tampouco contribuem da mesma forma” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 113).

Desse modo, articula-se um conjunto de reflexões sobre o corpo e identidade(s), procurando problematizar tais conceitos e associando-os aos espaços de fronteiras existentes na sociedade atual. Reconhece-se que o corpo talvez seja um dos principais mecanismos de construção das identidades e das identificações e, nesse sentido, torna-se um elemento de disputa, de poder e de questionamento. Adotando-se os referências teóricas acima elencadas e os procedimentos de pesquisa descritos nesta seção, espera-se contribuir para o debate e colaborar para novos questionamentos e reflexões.

### **3. CORPOS, DIFERENÇAS E FRONTEIRAS**

Pensar sobre a existência do corpo é encontrar-se em um campo de disputa. Dir-se-á que o corpo é a materialidade da nossa existência, uma máquina perfeita, controlada e regulada por uma mecânica biológica, química e física, composta por órgãos e tecidos possibilitadores das múltiplas experiências dos seres humanos. Em suas diferentes formas e tamanhos, é possível analisar as diversas marcas fenotípicas existentes, bem como estabelecer concepções ancoradas em perspectivas reprodutivistas, mesmo que isso apresente uma visão reducionista e determinista da construção social dos sujeitos.

Aliás, durante muito tempo, o corpo foi analisado a partir do aparelho reprodutivo. Era ele quem definia (e, em alguns casos, ainda define) os comportamentos adotados e os valores a serem quase que impostos nos seres sociais. O órgão sexual ultrapassava sua função biológica e estabelecia as marcas culturais embutidas no cenário de desenvolvimento das atividades cotidianas dos seres humanos, tão bem explicada nos capítulos iniciais da obra “Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud” de Thomas Laqueur (2001).

Laqueur (2001), por meio de uma construção histórica das diferenças entre os corpos humanos, aponta que o início do pensamento ocidental considerava a existência de um sexo único, isto é, homens e mulheres desenvolviam seus órgãos genitais de forma contrária. O argumento é explicitado pelo médico romano Galeno de Pérgamo, ao considerar que as mulheres eram homens invertidos. Nesta condição, a genitália dos homens se desenvolvia para fora do corpo enquanto a das mulheres ocorreria internamente. A semelhança entre os órgãos era notória, mesmo que ainda não fosse nomeada da maneira como a conhecemos.

A perspectiva de um mundo dividido em dois sexos só foi possível em um contexto de desenvolvimento científico, ora associado ao processo de investigação dos corpos, ora interligado à dominação. A partir do século XVIII, o corpo e sua inerente associação ao sexo biológico passa a ser confrontado em novos espaços da esfera pública e privada. De acordo com Laqueur (2001, p. 241), “[...] as verdades da biologia haviam substituído as hierarquias ordenadas divinamente ou o costume imemorial como a base da criação e distribuição de poder nas relações entre homens e mulheres”.

Ainda que se reconhecesse as diferenças entre os corpos, o elemento de referência sempre foi o corpo masculino. Assim sendo,

Em um mundo público predominantemente masculino, o modelo do sexo único apresentava o que já era muito evidente na cultura mais genérica: o *homem* é a medida de todas as coisas, e a mulher não existe como categoria distinta em termos ontológicos. Nem todos os homens são masculinos, potentes, dignos ou poderosos, e algumas mulheres ultrapassam alguns deles em cada uma dessas categorias. Porém o padrão do corpo humano e suas representações é o corpo masculino. (LAQUEUR, 2001, p. 75)

Corpos sexuais, corpos culturais, corpos marcados. Para além da suposta materialidade tida como masculina ou feminina, aparecem também os anormais, tão bem discutidos pelo filósofo francês Michel Foucault (2001), em sua obra de título homônimo. Tudo aquilo que foge ao que se convencionou chamar de “normal” será apresentado como uma aberração ou, nas palavras do autor, um monstro. Nesse sentido,

o corpo, além de uma fronteira sexual, é também fronteira para a vida cotidiana e social, contrariando a lei natural e biológica. De forma mais clara,

[...] o monstro contradiz a lei. Ele é a infração, e a infração levada a seu ponto máximo. E, no entanto, mesmo sendo a infração (infração de certo modo no estado bruto), ele não deflagra, da parte da lei, uma resposta que seria uma resposta legal. Podemos dizer que o que faz a força e a capacidade de inquietação do monstro é que, ao mesmo tempo que viola a lei, ele a deixa sem voz. Ele arma uma arapuca para a lei que está infringindo. No fundo, o que o monstro suscita, no mesmo momento em que, por sua existência, ele viola a lei, não é a resposta da lei, mas outra coisa bem diferente. Será a violência, será a vontade de supressão pura e simples, ou serão os cuidados médicos, ou será a piedade. Mas não é a lei mesma que responde a esse ataque que, no entanto, a existência do monstro representa contra ela. O monstro é uma infração que se coloca automaticamente fora da lei, e é esse um dos primeiros equívocos. O segundo é que o monstro é, de certo modo, a forma espontânea, a forma brutal, mas, por conseguinte, a forma natural da contranatureza. (FOUCAULT, 2001, p. 70)

A existência do que é considerado como normalidade, portanto, produz a anormalidade, condição bruta e cruel dos desmandos e das violências extremas. Se as deformidades corporais, durante muito tempo, serviram como instrumento de acumulação de capital por parte daqueles que não tinham “piedade” (basta observar o número considerável de *freak shows*), também serviram como aparato de construção das diferenças, ora marcadas pela consolidação do racismo, ora apresentadas como condição dos limites biológicos até então observados. Numa perspectiva semelhante, a própria ideia de heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2017) é vista como o padrão a ser seguido e suas possíveis dissidências são colocadas no campo do indesejável.

O corpo também se apresentou tal qual aparato de disciplina. Segundo Foucault (2018, p. 235), “o domínio e a consciência do próprio corpo só puderam ser adquiridos pelo efeito do investimento do corpo pelo poder: a ginástica, os exercícios, o desenvolvimento muscular, a nudez, a exaltação do belo corpo”. O fascínio pela estética corporal é explicado pelo desenvolvimento da cultura do corpo e de sua busca pela aceitação da normalidade. A beleza, socialmente construída e biologicamente moldada, serve como padrão e orienta, na modernidade, os diversos procedimentos estéticos antinaturais. As instituições definem a educação dos corpos, a mídia determina as aparências desejadas e a (bio)política estabelece quem deve ou não permanecer com o corpo vivo e aceito nesta sociedade, marcada pelas exclusões.

É interessante pensar na condição do corpo vivo e do corpo morto. Para além de qualquer pretensão de responder as causas dos massacres observados durante a Segunda Guerra Mundial, sobretudo nos campos de concentração nazistas, é possível observar o corpo como marca daquilo que pode ser exterminado. Seja pelos exércitos nacionais, em que os corpos são a materialização do patriotismo ou a negação da própria possibilidade

de escolha, visto que são obrigados a ali estar, seja pelas vítimas dos holocaustos, em que seus corpos simbolizam a morte de ideias e valores compartilhados em torno de crenças comuns, o fato é que a política e o Estado determinam quem pode ou não viver. Aliás, mesmo avançando temporariamente mais de 75 anos, evidencia-se esta prática ao observar as mortes oriundas pelos processos migratórios de sujeitos não documentados. O abandono, o sofrimento e a culpabilização da morte são justificados pelos corpos não desejados, encarados com certa indiferença. É como se eles e elas não deversem estar ali e a morte fosse o único destino possível para as/os transgressoras/es das fronteiras dos estados nacionais. A sensibilidade, o altruísmo e o reconhecimento são valores não consolidados diante do trágico. O biopoder, como diria Foucault (1999), é um mecanismo adotado pelo Estado para justificar quem deve ou não viver.

Isso revela o paradoxo das diferenças e suas apropriações nos contextos sociais. É necessário, e até mesmo desejável, que os seres humanos não sejam todos idênticos e iguais nas suas composições. A partir dos fenômenos culturais diversos, auxiliares da expansão do conhecimento humano e da interpretação do mundo social, as diferenças orientam a formação das identidades. De modo semelhante, elas podem ser encaradas como uma das raízes da negação do outro. Evidentemente, a culpa não é das diferenças, mas dos sentidos atribuídos a ela. Para tanto, definir esse conceito é necessário no estudo.

Segundo Elizabeth Macedo (2014, p. 35), “a diferença implica ver a cultura como processo de significação em que sentidos são criados a partir da hibridação de fragmentos de outros sentidos, também eles híbridos”. Concordando com a autora, as diferenças só podem ser identificadas nos contextos simbólicos e culturais derivados da criação humana. Não se trata de eliminar preceitos básicos de existência, afinal uma árvore é realmente diferente de um carro. No entanto, do ponto de vista do que aqui nos interessa, o que torna mais valorativo uma determinada pigmentação de pele em relação a outra? O que estabelece que comportamentos masculinizados ou feminizados estejam associados ao órgão reprodutor de um corpo biológico e não aos desejos subjetivos dos sujeitos? O que faz com que um conjunto de crenças seja legitimada e outras levadas à morte?

A socióloga Avtar Brah nos ajuda a responder essas questões, dizendo que:

O conceito de diferença, então, se refere à variedade de maneiras como discursos específicos da diferença são constituídos, contestados, reproduzidos e resignificados. Algumas construções da diferença, como o racismo, postulam fronteiras fixas e imutáveis entre grupos tidos como inerentemente diferentes. Outras construções podem apresentar a diferença como relacional, contingente e variável. Em outras palavras, a diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão. Portanto, é uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política. (BRAH, 2006, p. 374)

Os caminhos apontados para as diferenças evidenciam soluções e problemas para as relações humanamente constituídas. Alguns marcadores simbólicos são consolidados pelo não reconhecimento do Outro, não permitindo, em última análise, a sua existência. O racismo, apresentado pela autora, é um exemplo deste processo. Entretanto, é possível observar ressignificações de valores, mesmo que isso demonstre uma dimensão de poder consolidada em termos econômicos e culturais. É muito difícil, de forma generalizante, conseguir diferenciar as roupas desejadas e utilizadas por jovens brasileiros de outros jovens ocidentais. Frisa-se que não se desconsideram as condições materiais de existência, mas ainda assim os valores ideológicos produzidos em torno do consumo ultrapassam as fronteiras de classe social.

Outra questão é abordar que as diferenças simbólicas também podem estar associadas aos corpos e suas composições/transformações. Anna Paula Vencato (2014), ao refletir sobre os marcadores sociais da diferença, estabelece que eles participam da nossa vida social, produzindo hierarquias nas constituições das desigualdades. Segundo a autora,

A abordagem das interseccionalidades – o que implica em reconhecer as intersecções variadas que os marcadores sociais da diferença possam ter em dado contexto ou momento na sociedade – vai além da ideia de que as diferenças se adicionam de modo a somar ou subtrair vantagens e desvantagens a uma ou a outra pessoa. Esta noção questiona, por conseguinte, a ideia de que quanto mais atributos positivados socialmente um indivíduo tiver, mais sucesso este terá, ou, ao contrário, quanto menos deles um indivíduo tiver, mais fadado ao fracasso social (e escolar) será. (VENCATO, 2014, p. 26)

As interseccionalidades, para utilizar o termo da autora, produzem desigualdades no interior das diferenças socialmente constituídas. No caso, os marcadores podem ser distintos, principalmente relacionados às questões de raça, gênero, sexualidade, entre outros tantos. Mas, para nossa reflexão, é interessante pensar que as intersecções fazem parte da construção dos corpos e, conseqüentemente, das identidades sociais.

Guacira Lopes Louro colabora com essa discussão, dizendo que “o corpo se tornou *causa e justificativa* das diferenças” (LOURO, 2018, p. 71). De fato, para além das diferenças morfológicas e reprodutivas, o corpo é um espaço de disputa e de valorização. O que torna um corpo branco, magro e forte como sinônimo de saúde e de beleza? O que estabelece que o cabelo liso deva ser entendido como padrão a ser seguido? O que faz um sujeito desejar se sacrificar em busca de um fenótipo próprio de poucas pessoas? Obviamente, isso é um aparato discursivo originador de sofrimentos e de desigualdades. Ainda segundo a autora,



Hoje, como antes, a determinação dos lugares sociais ou das posições dos sujeitos no interior de um grupo é referida a seus corpos. Ao longo dos tempos, os sujeitos vêm sendo indiciados, classificados, ordenados, hierarquizados e definidos pela aparência de seus corpos; a partir dos padrões e referências, das normas, valores e ideias da cultura. Então, os corpos são o que são na cultura. A cor da pele ou dos cabelos, o formato dos olhos, do nariz ou da boca; a presença da vagina ou do pênis; o tamanho das mãos, a redondeza das ancas e dos seios são, sempre, significados culturalmente e é assim que se tornam (ou não) *marcas* de raça, de gênero, de etnia, até mesmo de classe e de nacionalidade. Podem valer mais ou valer menos. Podem ser decisivos para dizer do lugar social de um sujeito, ou podem ser irrelevantes, sem qualquer validade para o sistema classificatório de um dado grupo cultural. (LOURO, 2018, 69-70)

Portanto, essas diferenças corporais são também promovedoras das diferenças identitárias, definidas por critérios não muito bem delimitados. As fronteiras nacionais seriam suficientemente consolidadoras dessas diferenciações? As marcas corporais genotípicas e fenotípicas dariam conta de classificações de sujeitos? Governos e instituições sociais políticas estariam acima dos corpos para definir quem deve ou não compartilhar do instante que chamamos de vida? Penso que a resposta para as três questões é a negação de suas formulações. Para isso, procura-se desenvolver reflexões sobre os aspectos aqui elencados.

### **3.1 FRONTEIRAS IDENTITÁRIAS: CARACTERIZAÇÕES ARBITRÁRIAS OU FORMAS DE MANUTENÇÃO DO PODER?**

Fredrik Barth (1998), em seu texto clássico intitulado “Grupos étnicos e suas fronteiras”, procurou analisar os elementos culturais formadores de coletivos de sujeitos que convivem com elementos simbólicos culturais possibilitadores das marcações das diferenças. Segundo o autor, “as fronteiras às quais devemos consagrar nossa atenção são, é claro, as fronteiras sociais, se bem que elas possam ser contrapartidas territoriais” (BARTH, 1998, p. 195). O domínio de território sempre foi um elemento importante para a manutenção e a reprodução de símbolos originadores das culturas, entendidas em suas dimensões históricas e culturais.

De acordo com Ricardo José Batista Nogueira,

O dado particular fundamental da fronteira é justamente o fato da convivência, regra geral aproximada, com o outro, com a diferença nacional, que remete aos símbolos próprios a cada nação, a história, a cultura, ao nacionalismo. Na verdade a fronteira política impõe, por necessidade do Estado, uma disjunção histórica, um corte que institui uma diferença, que dificulta uma identidade fronteiriça, e que a sociedade fronteiriça procura romper. (NOGUEIRA, 2007, p. 32)

Concordando com Michel Agier (2016, p. 02), “quem chega na fronteira passa por um processo bastante lógico, recorrente e, por vezes, patológico de desidentificação pela perda ou pelo afastamento dos lugares, dos laços e dos bens que formam sua identidade”. Isso pode ser observado na situação de um migrante que se depara com uma nova cultura e com outras relações sociais desenvolvidas em um determinado agrupamento humano. Adaptar-se ou aceitar os elementos culturais cotidianos é um processo de relativismo cultural que pode ser doloroso.

Ainda assim, as delimitações de espaço não são fechadas a ponto de não se ter contato com o Outro. Seja por meio dos conflitos observados ao longo da história humana, seja pelas necessidades de sobrevivência dos sujeitos, a relação entre grupos distintos sempre ocorreu. As fronteiras étnicas e as fronteiras espaciais-territoriais (marcadas com o surgimento dos Estados Nacionais modernos e delimitadas também pelos novos aparelhos de cartografia) são carregadas de aspectos simbólicos. Um exemplo interessante é pensar em pessoas que nascem em áreas próximas as fronteiras nacionais. Em alguns casos, a distância entre duas ruas poderá definir sua nacionalidade, seus direitos relacionados a ideia de cidadania, seu idioma nacional e seu posicionamento político. Essa dimensão espacial é suficiente para todas essas manifestações que se apresentam quase como uma determinação social?

O primeiro aspecto a ser discutido nesse artigo é pensar o corpo e sua relação com as identidades. Parece consistente a ideia de que as identidades são construções sociais não determinadas, produzidas e ressignificadas ao longo das trajetórias dos sujeitos (HALL, 2011), de modo a transformar as significações e as identificações cotidianas. Posso, nesse momento, reconhecer-me como um sujeito que gosta de rock e que necessita ter uma massa corporal suficientemente necessária para acompanhar minhas bandas preferidas e conseguir me manter na grade dos espetáculos. Nada me impede, por exemplo, de ser um atleta maratonista daqui a 20 anos e ter a necessidade de diminuir consideravelmente meu peso e modificar a minha estrutura corporal, produzindo um corpo atlético. Mas e a minha identidade étnica? Posso trocá-la da forma como bem entender? A minha cidadania e, conseqüentemente, a relação com o Estado nacional que eu nasci, pode também ser alterada a partir de minhas vontades? É considerável perceber as limitações dessas indagações e todas as suas ramificações pautadas nas construções identitárias.

Zygmunt Bauman (2005), ao refletir sobre os problemas das identidades e suas significações com o Estado-nação, apresenta um relato interessante sobre sua experiência com tais elementos simbólicos. O autor relata que, ao receber o título de Doutor *honoris causa* da Universidade Charles, de Praga, deveria escolher o hino nacional que lhe representasse no momento da honraria. Bauman, nascido na Polônia, teve seus direitos políticos retirados pelo Estado polonês. Escolheu vivenciar suas

atividades na Grã-Bretanha, lecionando e se tornando um dos principais sociólogos do século XX e início do XXI. Mas ainda que tivesse experienciado boa parte de sua vida nessa localidade, não era um britânico. No final, decide pelo hino Europeu. Segundo ele, não havia nenhuma agência que pudesse dizer ou não a sua condição europeia neste sentido. Mas e seu corpo? Era um corpo britânico, um corpo europeu, um corpo polonês, ou simplesmente, um corpo como qualquer outro?

A necessidade que temos de pertencer a uma comunidade é um aspecto importante para a construção das identidades. Bauman (2005), ao comentar sobre sua experiência e seu relato aqui exemplificado, diz que:

É comum afirmar que as “comunidades” (às quais as identidades se referem como sendo as entidades que as definem) são de dois tipos. Existem comunidades de vida e de destino, cujos membros (segundo a fórmula de Siegfried Kracauer) “vivem juntos numa ligação absoluta”, e de outras que são “fundidas unicamente por idéias ou por uma variedade de princípios”. Dos dois tipos, o primeiro me foi negado – tal como o foi e será para um número cada vez maior de meus contemporâneos. Se não tivesse sido negado, dificilmente lhe ocorreria indagar-me sobre a minha identidade. E se você indagasse, eu não saberia que espécie de resposta você esperaria de mim. A questão da identidade só surge com a exposição a “comunidades” da segunda categoria – e apenas porque existe mais de uma idéia para evocar e manter unida a “comunidade fundida por idéias” a que se é exposto em nosso mundo de diversidades e policultural. (BAUMAN, 2005, p. 17)

Dessa forma, nossos corpos começam a ser evidenciados pelas roupas que vestimos, pelos valores desenvolvidos dentro dos contextos e por caracterizações constituídas por traços étnicos. No contexto brasileiro, é possível exemplificar estes processos pensando nas populações indígenas (e poderiam ser quaisquer outras). Parece existir a necessidade de caracterização desses grupos por meio de estereótipos, entendidos por Jean-Claude Deschamps e Pascal Moliner (2014, p. 35) como uma forma de “descrever seus membros de forma rápida e econômica no plano cognitivo”. Associa-se os diferentes grupos indígenas aos corpos magros, rápidos e ágeis para a caça. Espanta-se (e é necessária essa desnaturalização) quando se encontra um corpo indígena coberto com roupas consideradas ocidentais, questionando até mesmo a sua condição étnica.

Outro exemplo interessante é pensar na condição de ser atleta. Como estereotipagem, pensa-se que o corpo atlético é o corpo magro, com músculos evidenciados pelos treinos de alguma modalidade esportiva, saudável pelos cuidados necessários para a boa prática em busca de resultados. Quaisquer características que fujam a tais elementos apontados fazem com que a identidade “atleta” seja questionada. Evidentemente, no contexto brasileiro, algumas modalidades são tomadas como

padrão. A construção aqui descrita poderia ser associada aos atletas da natação, do futebol, do voleibol, entre outras mais tradicionais dentro das fronteiras deste Estado nacional. Recordo-me de um jogador de futebol (atacante, ainda em atividade) que era questionado a todo momento pelo seu peso e por sua condição “atlética” que fugia aos padrões performatizados pela sua prática. Não foram poucos os comentários em partidas transmitidas por redes televisas em que ironias e frases preconceituosas eram destiladas ao seu corpo. Se este jogador se apresentasse como praticante de um esporte em que sua massa corpórea não fosse considerada como aspecto determinante, possivelmente os adjetivos e enunciados atribuídos a ele fossem descartados ou inexistentes.

De acordo com Judith Butler,

[...] o corpo é uma significação de superfície que contesta e desloca a própria distinção interno/externo, a imagem de um espaço psíquico interno inscrito *sobre* o corpo como significação social que renuncia perpetuamente a si mesma como tal. (BUTLER, 2017, p. 233)

Concordando com a autora, o corpo enquanto superfície pode ser associado com as construções de identidades que também são transitórias e construídas. Ainda assim, essa superficialidade é constituída por meio de múltiplos aspectos, a se destacar o órgão sexual-reprodutivo. Para Kathryn Woodward (2014, p. 15), “o corpo é um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem nós somos, servindo de fundamento para a identidade – por exemplo, para a identidade sexual”. O exemplo disso é a expectativa gerada em torno do nascimento de uma criança<sup>3</sup>. A partir do enunciado sobre o aparelho reprodutivo visualizado nos exames de acompanhamento da maternidade, o quarto, as cores das roupas e as expectativas sobre os comportamentos da/o recém-nascida/o orientarão a família no seu sentido mais amplo. As possibilidades de sua sexualidade começam a ser desenhadas, de modo a produzir uma projeção sobre um sujeito que ainda irá descobrir suas relações com os desejos e com as vontades. É interessante pensar que antes do desenvolvimento tecnológico possibilitador dessa sentença, a neutralidade em torno das cores não substituía a ansiedade para com as trajetórias imaginadas para meninos e meninas.

Parece uma obviedade considerar que a modernidade trouxe novas escolhas e possibilidades. O processo de globalização, ao quebrar as fronteiras e enunciar outras formas de comunicação, impacta valores traduzidos nas identidades. Até mesmo os corpos começam a se transformar.

Nos anos de 2010, ganhou-se muita força o alcance de grupos musicais oriundos de países como Japão e Coreia do Sul. No Brasil, o impacto do ritmo musical

<sup>3</sup> Este aspecto já foi discutido por Butler (2017), Louro (2016) e Bento (2011).

foi significativo, de modo que algumas apresentações de grupos muito conhecidos pela camada jovem da população terem os ingressos esgotados em poucas horas para os seus concertos. Além disso, filas homéricas foram formadas com antecedência de muitos dias. Recordo-me de lecionar em turmas do Ensino Médio em que os estereótipos desse gênero musical (sujeitos andrógenos, com cabelos coloridos e outras marcas próprias dessa construção) eram reproduzidos com bastante frequência. O corpo e suas identificações (e identidades) agora são transformados neste processo de representação.

Ainda assim, é interessante observar que as identidades e identificações produzem conflitos. De acordo com Woodward,

A complexidade da vida moderna exige que assumamos diferentes identidades, mas essas diferentes identidades podem estar em conflito. Podemos viver, em nossas vidas pessoais, tensões entre nossas diferentes identidades quando aquilo que é exigido por uma identidade interfere com as exigências de uma outra. (WOODWARD, 2014, p. 32)

Por mais que a possibilidade de se expressar possa acontecer em múltiplas condições e nas mais diversas características, é interessante notar que sua aceitação não é completa. Por exemplo, esta/e mesma/o jovem, ao procurar uma vaga de trabalho em um espaço norteado por valores conservadores, é possível se deparar com uma atitude de negação para o preenchimento do posto em questão. Mesmo que isso seja visto como uma atitude preconceituosa e discriminatória, ainda assim é possível constatar variados exemplos ao se conviver e transitar com adolescentes nesta condição.

Portanto, o que se pode observar a partir dessas breves reflexões é a possibilidade de verificar o corpo como elemento identitário, em suas múltiplas condições e marcações simbólicas. As fronteiras, sejam elas imaginárias, étnicas ou sociais, são construídas também a partir das significações colocadas a partir dessa materialidade corporal. Desse modo, identidades e corpos estão em constante produção.

### **3.2 CORPOS SEXUADOS E SUAS MARCAS SOCIAIS NAS CONSTRUÇÕES DE GÊNEROS**

É interessante notar que as identidades são construídas por elementos simbólicos que atingem a produção dos corpos e seus sentidos coletivos. Como apontado, o corpo é uma composição social, constituída por múltiplos efeitos que dão significados distintos de acordo com o que se espera representar. As diferenças no que se pode estereotipar como atleta e indígena (os exemplos citados anteriormente) traduzem as marcas existentes nos corpos sociais.

Se, por um lado, as identidades são constituídas por aparatos simbólicos, do outro não se pode deixar de considerar as tecnologias reprodutivas, que durante

muito tempo foram vistas como regulamentadoras de corpos. Nesta perspectiva, “[...] os órgãos reprodutivos são apenas um sinal entre muitos do lugar do lugar do corpo em uma ordem cósmica e cultural que transcende a biologia” (LAQUEUR, 2001, p. 41).

Historicamente, os sujeitos são apresentados a um mundo heterossexual, completo em suas aparentes justificativas, em que homens e mulheres biológicos/as foram feitos/as para uma espécie de equilíbrio natural. A finalidade quase exclusiva para quem ainda entende essa construção tal qual propósito da existência humana é a reprodução e a perpetuação da espécie.

Neste processo hegemônico de construção, masculinidades e feminilidades são observadas por meio de comportamentos distintos, organizados em uma espécie de guarda-roupas binário. São poucos os elementos partilhados pelos gêneros indicados. A consequência dessa divisão, além do sofrimento causado para um número significativo de sujeitos que não se identificam com os padrões, é observar as marcas deixadas nos corpos sociais. Há, ainda, aqueles que não se identificam com nenhum dos dois gêneros, consolidando os limites dessa abordagem.

De acordo com Louro (2018),

Por certo os próprios sujeitos estão empenhados na produção do gênero e da sexualidade em seus corpos. O processo, contudo, não é feito ao acaso ou ao sabor de sua vontade. Embora participantes ativos dessa construção, os sujeitos não a exercitam livres de constrangimentos. Uma matriz heterossexual delimita padrões a serem seguidos e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, fornece a pauta para as transgressões. É em referência a ela que se fazem não apenas os corpos que se conformam às regras de gênero e sexuais, mas também os corpos que as subvertem. (LOURO, 2018, p. 17)

Concordando com a autora, a existência de uma associação entre sexualidade, gênero, corpo e identidade parece confluir para um modelo legitimado dentro de cada realidade, a ponto de as transgressões serem combatidas em alguns espaços mais conservadores. Não é incomum questionamentos sobre as roupas utilizadas em certas instituições, entre elas a própria escola, que agora está em um processo de tentativa de universalização das suas práticas para todos os sujeitos.

Muitos estudos foram produzidos para pensar a relação entre as ações escolares e os seus resultados nos corpos educados (LOURO, 2016; SEFFNER, 2011; BENTO, 2011). Possivelmente, as instituições escolares são os primeiros espaços em que os corpos comecem a ser diferenciados e construídos a partir de uma necessidade crescente de classificações. Os banheiros, as atividades, os conflitos, as competições, os comportamentos e o que se pode ou não fazer de acordo com sua genitália são percebidos e estimulados neste ambiente. Isso é exemplificado pela existência de uma fila de meninos e uma fila de meninas, pela cobrança de que as meninas devem ter um

comportamento dócil e letras bonitas e os meninos, em contrapartida, podem escrever de forma ilegível e justificar a sua desordem como “marcas de sua natureza”.

Tais aspectos, mesmo que não aprofundados neste artigo, ilustram as condições sociais de composição dos corpos. Os estímulos são diversos em suas perspectivas binárias, de modo a moldar os padrões corporais existentes. Espera-se do homem-macho músculos e uma certa agressividade nas relações cotidianas. Da mulher-fêmea, a sensibilidade e delicadeza na condução de suas ações rotineiras. Mesmo que esse padrão esteja muito distante (ainda bem) da maioria dos sujeitos, passa-se uma vida buscando sua concretização.

Corpos, gêneros e sexualidades parecem transitar sobre suas fronteiras, se é que é possível dizer que elas existem nestes casos. Segundo Louro (2018, p. 19), “a fronteira é o lugar de relação, região de encontro, cruzamento e confronto. Ela separa e, ao mesmo tempo, põe em contato culturas e grupos”.

Ainda considerando os aspectos simbólicos de construção de fronteiras e de corpos sociais, pode-se dizer que:

[...] o limiar das fronteiras simbólicas permite o acolhimento e a rejeição simultâneos, que ocorrem a todo momento. Enquanto via de mão dupla que permite diversas possibilidades de trânsitos, a fronteira viabiliza movimentos simultâneos que podem até ser contraditórios: ora os sujeitos são acolhidos, ora são rejeitados pelas mesmas motivações. Estar no limiar, habitar a fronteira expõe a vontade incorporar e incorporar-se à alteridade, é o desejo de conciliar com o diferente. (SOUZA, 2014, 477-478)

Será possível refletir sobre os sujeitos sem considerar suas práticas cotidianas, mesmo que formadas dentro de um contexto cultural? Parece-me interessante a provocação feita por Butler, ao considerar que:

A marca do gênero parece “qualificar” os corpos como corpos humanos; o bebê se humaniza no momento em que a pergunta “menino ou menina” é respondida. As imagens corporais que não se encaixam em nenhum desses gêneros ficam fora do humano, constituem a rigor o domínio do desumanizado e do abjeto, em contraposição ao qual o próprio humano se estabelece. Se o gênero está sempre presente, delimitando previamente o que se qualifica como humano, como podemos falar de um ser humano que se torna de seu gênero, como se o gênero fosse um pós-escrito ou uma consideração cultural posterior? (BUTLER, 2017, p. 193-194)

Mesmo com a existência material do corpo, a sua concretude só acontece a partir dos comportamentos fixados socialmente e suas possíveis marcas de sexualidade, tão bem conduzidas em um processo que escondam suas significações em determinados momentos e acentuem suas valorações em outros contextos. Falar sobre sexualidades

nas escolas é ainda um tabu, mas se glorificar pelo número de parceiras ou parceiros nos grupos de troca de mensagens instantâneas formados por amizades próximas é muito válido, mesmo que o número não corresponda com a verdade.

Foucault (2017) talvez tenha sido o autor a abrir espaços para o entendimento dos processos históricos sobre a sexualidade. Para o filósofo, a construção dos discursos de poder fez com que se criassem espaços em que se pudessem estabelecer a dominação de uma possibilidade de sexualidade, sempre disfarçada por discursos científicos ou fundamentos nas instituições sociais controladoras da vida cotidiana.

Segundo o autor, “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 2017, p.101). Nesse sentido, espaços em que a sexualidade pode ser analisada e verbalizada começam a funcionar como uma repressão para os desejos. A medicina, a ciência biológica, entre outras áreas e instituições de poder, começam a definir por meio dos espaços de verbalização possíveis uma busca desenfreada para o entendimento do que pode ser considerado aceitável (ou não) dentro desse processo, o que segundo o autor, poderia ser conceitualizado como uma “hipótese repressiva”.

De forma mais precisa, ao pensar os espaços de fala e descrever algumas atividades em que o biopoder é observado, Foucault diz que:

Seria inexato dizer que a instituição pedagógica impôs um silêncio geral ao sexo das crianças e dos adolescentes. Pelo contrário, desde o século XVIII ela concentrou as formas do discurso neste tema; estabeleceu pontos de implantação diferentes; codificou os conteúdos e qualificou os locutores. Falar do sexo das crianças, fazer com que falem dele os educadores, os médicos, os administradores e os pais. Ou então falar de sexo com as crianças, fazer falarem elas mesmas, encerrá-las numa teia de discurso que ora dirige a elas, ora fala delas, impondo-lhes conhecimentos canônicos ou formando, a partir delas, um saber que lhes escapa – tudo isso permite vincular a intensificação dos poderes à multiplicação do discurso. A partir do século XVIII, o sexo das crianças e dos adolescentes passou a ser um importante foco em torno do qual se dispuseram inúmeros dispositivos institucionais e estratégias discursivas. (FOUCAULT, 2017, p. 33)

Os discursos produzidos em torno do corpo e da sexualidade levam a caminhos em que os desejos humanos são negados por meio de uma construção social normatizadora do que se pode aceitar dentro da lógica do poder. Quase sempre essa sentença é sustentada com frases parecidas com “isso não é natural” ou “não deve ser assim”. Os corpos se complementam numa lógica binária, em que apenas os gêneros intelegíveis (BUTLER, 2017) são considerados possíveis.

Em contrapartida, a ideia constituída em torno de elementos de biopoder pode também levar a problemas consideráveis em que a sexualidade será vista como a



causa de infortúnios sociais. Se os aspectos discursivos são consolidados em torno de estereótipos e marcações simbólicas, a sexualidade não está de maneira alguma isenta de se consolidar a partir de classificações contraditórias.

Um exemplo é o estudo desenvolvido por Iara Beleli (2012), em que a autora faz um estudo etnográfico sobre migrantes brasileiras/os em Portugal. Nele, Beleli nos apresenta a um conjunto de situações em que os estereótipos estão associados à beleza e a sensualidade das brasileiras, fortemente interligados com a questão da prostituição. A generalização ocorre por marcas simbólicas que visam se apresentar também como aspectos de uma xenofobia aparente.

O “conservadorismo” das portuguesas foi explicitado pelas narrativas ao evocar o episódio que ficou conhecido como as “mães de Bragança”, cidade localizada à Nordeste de Portugal. Ao constatar que seus maridos frequentavam uma boate ligada à prostituição, esse grupo de mulheres reivindicou das autoridades a expulsão de prostitutas brasileiras ilegais. Na extensa cobertura da mídia sobre o caso, o episódio mereceu capa da revista *Time*. Se a matéria aponta para as distintas nacionalidades das prostitutas (Leste Europeu, Brasil e África), a imagem da capa é de uma brasileira de 27 anos, reiterando as afirmações das “mães de Bragança” de que o “problema” é com as brasileiras. (BELELI, 2012, p. 77-78)

No trecho citado, aparentemente a sexualidade heteronormativa é questionada não por suas ações, mas pelos valores elencados. Portanto, parece que a sensualidade atribuída às brasileiras é bastante evidenciada nas propagandas produzidas no país europeu, traduzindo-se em um estereótipo bastante nocivo para as imigrantes do país sul-americano. Logo, a construção social que versa sobre o imaginário, neste sentido, é marcada por um discurso de biopoder das instituições sociais. As marcas do gênero potencializam os conflitos culturais.

### 3.3 CORPOS POLÍTICOS E A INDIFERENÇA

Se os corpos identitários são produzidos por meio de marcações simbólicas de existência e podem estar associados às questões da sexualidade e dos gêneros construídos socialmente, também é possível dizer que os corpos são também interseccionados com as questões políticas. Em determinados momentos, o chefe de Estado tem a condição de dizer que deve viver e quem deve morrer. Seja na convocação de seu exército para um conflito bélico, seja na posição de um ditador que controla os aspectos sociais de uma realidade qualquer, vida e morte atrela-se a uma escolha política. De acordo com Foucault,

A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida. Desenvolvimento rápido, no decorrer da época clássica, das disciplinas diversas – escolas, colégios, casernas, ateliês; aparecimento, também, no terreno das práticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração; explosão, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações. Abre-se, assim, a era de um “biopoder”. (FOUCAULT, 2017, p. 150-151)

Assim sendo, pensando em Estados consagrados em torno do que se estabelece como democracia (ou tentativa de) e ignorando outras formas de exercício de poder existentes ainda dentro de nosso momento histórico, é possível perceber que os corpos não desejados são passíveis de serem condenados a um processo de desumanização. Desumanizados, perdem a dignidade que ainda pode ser expressa numa falsa perspectiva de direitos humanos, consagrados principalmente após as atrocidades cometidas nos campos de concentração da Segunda Guerra Mundial.

Um bom exemplo de políticas adotadas de desumanização é a relação estabelecida com imigrantes em algumas localidades do ocidente. Durante a eleição estadunidense de 2016, em que Donald Trump tornou-se presidente, uma de suas propostas estava na construção de um muro (OEHMICHEN, 2018). O mais curioso era pensar que os custos deste marcador de fronteiras espaciais (e também simbólicas) deveriam ser arcados pelo país vizinho, o México. Portanto, não era desejável que determinados sujeitos pudessem adentrar a área estadunidense, a menos que fossem reconhecidos e tivessem seus vistos aprovados ou fossem desejados para o mundo do trabalho.

Não satisfeito com essa quase surreal proposta (apoiada por um bom número de estadunidenses e os seguidores das políticas segregacionistas e xenofóbicas de Trump), as políticas de imigração também foram destacadas por suas atrocidades. Em 2018, Donald Trump iniciou seu programa de Tolerância Zero, fortalecendo a repressão de imigrantes ilegais (MEZZADRA, 2015). O programa consistia na detenção e na possibilidade de processos jurídicos contra aqueles e aquelas que atravessassem as fronteiras sem a permissão das autoridades estadunidenses. A consequência das prisões arbitrárias ocasionou a separação de famílias e inúmeras críticas da comunidade mundial sobre as ações do Estado comandado pelo presidente republicano. Pressionado, encerrou esta austera política de separação e de segregação<sup>4</sup>.

O que é percebido por meio destes pequenos exemplos é a condição de ignorar os sujeitos (e seus corpos) por meio de ações que podem legitimar a morte

<sup>4</sup> MARS, Amanda. Trump suspende “tolerância zero” na fronteira para evitar a separação de crianças migrantes. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/26/actualidad/1529969595\\_980961.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/26/actualidad/1529969595_980961.html). Acesso em 07 nov. 2020.

e as diferenças. A sensação é de que a condição de cidadã e cidadão só pode existir com o reconhecimento do Estado, estando acima da própria humanidade e de suas possibilidades de sobrevivência ocasionadas por condições materiais de existência.

Além disso, inúmeras são as situações que envolvem a morte nos processos migratórios. De acordo com Anthony Giddens,

Os riscos que os migrantes assumem na busca por uma vida melhor costumam ter consequências trágicas, por exemplo, quando 58 chineses morreram sufocados em um caminhão em Dover, na costa inglesa, em junho de 2000, ou quando pelo menos 26 pessoas morreram em um barco líbio superlotado, quando tentavam desembarcar na Sicília, perto da costa sul da Itália, em agosto de 2004. Por causa da natureza ilegal da maior parte dessa migração, é difícil mensurar o número de pessoas que morrem tentando entrar no Ocidente, mas um levantamento recente estimou que até 4 mil migrantes se afogam no mar a cada ano ao tentarem fugir da perseguição ou da pobreza. A pesquisa sugere que por volta de 2 mil pessoas morrem todos os anos no Mediterrâneo tentando chegar à Europa, e acredita-se que números semelhantes morram atravessando para a Austrália e os Estados Unidos – os outros destinos principais para os chamados *boat people* (Guardian, 9 de outubro de 2004). (GIDDENS, 2012, p. 474)

É preocupante como a indiferença e a insensibilidade estão marcadas nos processos de visualização de mortes. Quase sempre notícias com este teor são carregadas de fortes comentários nacionalistas justificando e naturalizando essa relação como sendo o trágico destino dos indesejáveis. A morte é uma consequência dos perigos já sabidos por aquelas e aqueles que se submetem a tentar subverter os caminhos legais de convivência cidadã. No entanto, mesmo com a legalidade, os exemplos de xenofobia são constantes nos lugares em que as tentativas de migrações são mais observadas.

Mas o que define o processo de migração como sendo ilegítimo? Por que a manutenção das fronteiras nacionais é tão confusa e vigiada a ponto de se submeter as mais diversas violências e empregar do uso da força ocasionando mortes e separações dolorosas? A migração é um direito que deve ser preservado para todos os sujeitos, independentemente de suas nacionalidades e condições? Talvez isso seja entendido nos dizeres de Sandro Mezzadra, quando relata a seguinte situação:

O termo “direito” refere-se à ideia profundamente enraizada, ainda que vaga e confusa para os indivíduos migrantes, de que a migração é um movimento legítimo. Conforme as palavras de um jovem migrante tunisiano que passou por um centro de detenção italiano: “a Terra não é minha, não é de vocês. Não pertence a Obama ou a Berlusconi, a Terra pertence a todos. Se eu quero respirar oxigênio italiano, eu respiro oxigênio italiano. Se eu quero respirar aquele canadense, eu respiro aquele canadense”. Falar em direito de fuga abre uma perspectiva peculiar sobre “a política da migração”, que não pode ser reduzida às políticas governamentais ou às práticas humanitárias de gestão e assistência, e tampouco à participação direta de migrantes nas lutas e mobilizações

explicitamente políticas. Não queremos, desta maneira, negar a importância desses aspectos, e sim enfatizar que a migração é por si mesma perpassada e constituída por importantes fatores políticos na medida em que mobiliza um conjunto de energias subjetivas e as leva a contrastar as relações de poder e as numerosas fronteiras que estruturam os espaços percorridos pelos migrantes. (MEZZADRA, 2015, p. 19)

Portanto, se as diferenças são aspectos importantes na construção das identidades e dos corpos sociais, a indiferença é uma biopolítica de negação dos sujeitos não adequados aos padrões desenvolvidos, sobretudo no caso da migração, pelos Estados Nacionais. Os corpos, formados por suas concepções sociais, simbólicas, culturais e biológicas, tornam-se também suscetíveis aos consagrados espaços da política, interferindo nas relações ideológicas de aceitação e de fortalecimento dos estigmas sociais.

#### 4. NOSSAS SOMBRAS MAIORES QUE NOSSAS ALMAS

De modo geral, a partir de aspectos relacionados às diferenças e suas relações com as fronteiras simbólicas e sociais, procurou-se apontar o corpo como uma construção que pode ser relacionar com aspectos diversos, que vão das condições biológicas existentes até as biopolíticas associadas à morte.

De acordo com Raewyn Connell e Rebecca Pearse,

Está claro que os corpos são afetados por processos sociais. O modo como nosso corpo cresce e funciona é influenciado pela distribuição da comida, costumes sociais, guerras, trabalho, esporte, urbanização, educação e medicina, para citar apenas as influências mais óbvias. Todas essas influências são estruturadas pelo gênero. (CONNELL; PEARSE, 2015, p.93)

Ainda que o desenvolvimento biológico esteja associado às questões materiais de existência de um sujeito (alimentação, descanso, moradia, estilo de vida, etc.), outras marcas são observadas nesse processo de desenvolvimento dos corpos. Inegavelmente, dentro de um contexto segregador, os aparatos simbólicos são vistos como indicativos de possibilidade de sucesso ou fracasso em algumas circunstâncias. Sexo, gênero, sexualidade e outras tantas marcas de diferenças são utilizadas e fortemente aparecem como justificativas para a negação da condição humana.

São nas fronteiras, materializadas nos corpos biológicos e simbolicamente produzidas nas culturas, que o encontro e desencontro se fazem presentes. São nos confrontos pela busca de identidades e de reconhecimentos que os dilemas da existência se deparam com as contradições inerentes do lugar de (des)conforto, mesmo

que isto signifique o sofrimento do próprio sujeito. As fronteiras são representações de um movimento que se deseja alcançar, mas, ao mesmo tempo, apresenta as distâncias daquilo que é possível experimentar. Se o corpo também se constrói tal qual uma fronteira, o poder se manifesta como árbitro desta relação.

Segundo Foucault (2018, p. 235) “o poder penetrou no corpo, encontra-se exposto no próprio corpo”. Isso nos remete a pensar a maneira como nos preocupamos com a estética em detrimento da própria saúde do corpo. Saúde, aliás, também envolve aspectos de poder. Engana-se quem acredita que os especialistas em determinadas áreas atuam sem as amarras com o tecido social.

As tramas que envolvem os corpos ampliam-se nessa discussão. Corpos são treinados para o mundo do trabalho, para o mundo do consumo, para o mundo das diferenças, mesmo que não reconhecidas ou legitimadas. De forma bastante cruel, as nossas diferenças são consolidadas por marcas físicas (mas nos seus sentidos simbólicos também) e identitárias (nacionalidade, orientação sexual, órgão sexual). Embora isso não seja exclusividade da modernidade, parece se acentuar em um processo de tentativa de homogeneização dos costumes e dos valores ocidentais. Se as diferenças são marcas constituintes da humanidade, em alguns casos elas perdem o seu brilho, numa trajetória muito forte de aniquilação do outro.

É possível concluir, em torno destas breves considerações, que os corpos são manifestações políticas que sofrem pelas marcas simbólicas instituídas pelo poder em torno das diferenças. Não se trata de defender a homogeneidade, e ela jamais será desejável, mas de compreender aspectos que levam a essa destruição. Espera-se que tenhamos coragem para não aceitar as condições opressoras impostas e vigentes nesse contexto social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGIER, Michael. Nova Cosmópolis: as fronteiras como objetos de conflito no mundo contemporâneo. **RBCS**. Vol. 31, n. 91, p. 1-11, jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcso/v31n91/0102-6909-rbcso-3191032016.pdf>. Acesso em: 28 maio. 2021.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p.187-227.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BELELI, Iara. Brasileiros/as no atravessar de fronteiras: (des)organizando imaginários. In: MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa (org). **Discursos fora da ordem**: sexualidades, saberes e direitos. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012. p. 73-96.

- BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/DMNhmpzNbKWgH8zbgQhLQks/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 28 maio. 2021.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 26, p. 329-376, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644745>. Acesso em: 28 maio. 2021.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 13.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.
- DESCHAMPS, Jean-Claude; MOLINER, Pascal. **A identidade em Psicologia Social: dos processos identitários às representações sociais**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. 4.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 7.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- FOUCAULT, Michel. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2011.
- JOHNSON, Richard. O que é, afinal, estudos culturais? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **O que é, afinal, Estudos Culturais?**. 5.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. p. 07-34.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- MACEDO, Elizabeth. A cultura e a escola. In: MISKOLCI, Richard (org). **Marcas da diferença no ensino escolar**. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 11-43.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa/ pesquisa bibliográfica/ teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- MEZZADRA, Sandro. Multiplicação das fronteiras e práticas de mobilidade. **REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, Ano XXIII, n. 44, p. 11-30, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/rGrHpRZ4QGG5GsHgRd7zwHw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 28 maio. 2021.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Fronteira: espaço de referência identitária? **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 27-41, dez. 2007. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/ateliê/article/view/3013/3051>. Acesso em 25 out. 2021.

OEHMICHEN, Cristina. Los imaginarios de la alteridad y la construcción del chivo expiatorio: Trump y el racismo antinmigrante. **Rev. pueblos front. digit.**, San Cristóbal de Las Casas, v. 13, e344, p. 1-21, dic. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/rpfd/v13/1870-4115-rpfd-13-e344.pdf>. Acesso em 28 maio. 2021.

SEFFNER, Fernando. Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a17.pdf>. Acesso em 28 maio. 2021.

SOUZA, Mariana Jantsch de. Fronteiras simbólicas – espaço de hibridismo cultural, uma leitura de *Dois Irmãos*, de Milton Hatoum. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 475-489, jan./jun., 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/letronica/article/view/16655/11674>. Acesso em: 25 out. 2021.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer**: seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019

VENCATO, Anna Paula. Diferenças na Escola. In: MISKOLCI, Richard; LEITE JÚNIOR, Jorge (org). **Diferenças na educação**: outros aprendizados. São Carlos: EdUFScar, 2014. p. 19-56.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 07-72.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

Submetido em: 04/08/2021

Aprovado em: 08/12/2021

